

##ATO Ato nº 74, de 27 de maio de 2019.

##TEX O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve: Determinar a publicação do anexo 1 do Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 1º quadrimestre de 2019, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e do "Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4", para divulgação e conhecimento público.

PLAUTO CARNEIRO PORTO

Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 7ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**MAIO/2018 A ABRIL/2019**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	LÍQUIDAS														
	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	JAN/2019	FEV/2019	MAR/2019	ABR/2019	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	27.035.021,73	28.078.396,34	27.504.326,16	27.527.152,88	27.406.940,85	28.037.345,65	43.878.295,69	35.086.606,72	45.644.104,44	30.284.111,35	30.375.394,53	30.138.539,94	380.996.236,28	1.890.562,86	382.886.799,14
<b>Pessoal Ativo</b>	18.910.671,33	20.635.675,53	20.083.275,35	19.924.144,04	19.890.750,00	20.427.894,81	32.287.942,51	23.127.873,92	33.446.184,46	21.976.277,62	21.957.228,80	21.717.124,28	274.385.042,65	1.890.562,86	276.275.605,51
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.783.463,30	17.451.031,88	16.902.226,47	16.857.731,79	16.800.806,88	17.301.607,54	25.987.460,40	19.791.438,19	30.037.733,87	18.589.339,13	18.572.414,14	18.433.447,56	232.508.701,15	1.850.562,86	234.359.264,01
Obrigações Patronais	3.127.208,03	3.184.643,65	3.181.048,88	3.066.412,25	3.089.943,12	3.126.287,27	6.300.482,11	3.336.435,73	3.408.450,59	3.386.938,49	3.384.814,66	3.283.676,72	41.876.341,50	40.000,00	41.916.341,50
Benefícios Previdenciários													0,00	0,00	0,00
<b>Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	8.124.350,40	7.442.720,81	7.421.050,81	7.603.008,84	7.516.190,85	7.609.450,84	11.590.353,18	11.958.732,80	12.197.919,98	8.307.833,73	8.418.165,73	8.421.415,66	106.611.193,63	0,00	106.611.193,63
Aposentadorias, Reserva e Reformas	6.317.407,65	5.912.589,84	5.929.634,24	6.045.544,54	6.006.511,87	6.059.685,09	9.276.551,99	9.927.180,23	9.811.913,64	6.655.799,85	6.796.848,45	6.841.844,75	85.581.512,14		85.581.512,14
Pensões	1.806.942,75	1.530.130,97	1.491.416,57	1.557.464,30	1.509.678,98	1.549.765,75	2.313.801,19	2.031.552,57	2.386.006,34	1.652.033,88	1.621.317,28	1.579.570,91	21.029.681,49		21.029.681,49
Outros Benefícios Previdenciários													0,00	0,00	0,00
<b>Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)</b>													0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	7.307.240,99	7.406.123,76	7.422.018,88	7.446.572,47	7.091.645,26	7.473.702,57	4.147.904,66	7.178.018,77	12.217.497,63	8.335.436,77	8.429.119,38	8.421.415,66	92.876.696,80	0,00	92.876.696,80
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-783.604,42	173.579,92	197.722,47	197.722,47	197.722,47	197.722,47	264.044,91	133.851,58	265.712,77	212.478,51	212.932,89	210.339,74	1.480.225,78		1.480.225,78
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	2.754,37	3.875,55	968,07	9.427,12	2.989,65	322.386,34	12.258,43	7.044.167,19	19.577,65	27.603,04	10.953,65	0,00	7.456.961,06		7.456.961,06
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.088.091,04	7.228.668,29	7.223.328,34	7.239.422,88	6.890.933,14	6.953.593,76	3.871.601,32	0,00	11.932.207,21	8.095.355,22	8.205.232,84	8.211.075,92	83.939.509,96		83.939.509,96
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	19.727.780,74	20.672.272,58	20.082.307,28	20.080.580,41	20.315.295,59	20.563.643,08	39.730.391,03	27.908.587,95	33.426.606,81	21.948.674,58	21.946.275,15	21.717.124,28	288.119.539,48	1.890.562,86	290.010.102,34

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	818.616.620.128,93	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	290.010.102,34	0,035427%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	568.201.796,03	0,069410%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	539.791.706,23	0,065940%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	511.381.616,43	0,062469%

FONTE: SIAFI / TESOIRO GERENCIAL e Divisão de Contabilidade/DG/TRT 7ª Região – 10/maio/2019 – 10h

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
 b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.  
 2) Nas despesas com Pessoal não estão computadas àquelas executadas por meio de descentralização interna (provisão) e descentralização externa de crédito (Destaque), conforme disposição do item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011 - Plenário, quais sejam:  
 a) Precatórios da Adm. Indireta - R\$ 1.095.261,00; Precatórios da Adm. Direta - R\$ 24.834.809,38 e Requisições de Pequeno Valor (RPV) - R\$ 1.233.243,68.  
 3) No item Pessoal Ativo foi empenhado indevidamente em ação orçamentária de pessoal ativo 20TP – R\$ 819.863,78, ref. Sentença judicial pessoal inativo/pensionista 3190.91.15/3190.91.16 até abril/2018, sendo estornada a despesa em maio/2018 para a ação orçamentária correta 0181 – Aposentadorias e Pensões.  
 4) As despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000.

**UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 7ª REGIÃO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**MAIO/2018 A ABRIL/2019**

R\$ 1,00

		<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		382.886.799,14	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		92.876.696,80	
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>		<b>290.010.102,34</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>			
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>		<b>818.616.620.128,93</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100</b>		<b>0,035427%</b>	
		<b>% DA RCL</b>	<b>VALOR</b>
<b>LIMITE MÁXIMO</b>	<b>LRF, art. 20, incisos I, II e III</b>	<b>0,087418%</b>	<b>715.618.276,98</b>
	<b>Resol CNJ 5/2005</b>	<b>0,087393%</b>	<b>715.413.622,83</b>
	Ato decorrente:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	
	<b>Resol CNJ 26/2006</b>	<b>0,076928%</b>	<b>629.745.393,53</b>
	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	
	<b>Resol CNJ 177/2013</b>	<b>0,076785%</b>	<b>628.574.771,77</b>
	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	
	<b>Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015</b>	<b>0,069410%</b>	<b>568.201.796,03</b>

FONTE: SIAFI /TESOURO GERENCIAL e Divisão de Contabilidade/DG/TRT 7ª Região – 10/maio/2019 – 10h

##DAT Fortaleza, 27 de maio de 2019.

##ASS PLAUTO CARNEIRO PORTO

##CAR Desembargador Presidente do Tribunal

##ASS NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA

##CAR Diretora Geral - Ordenadora de Despesas

##ASS FABIANO REGO DE SOUSA

##CAR Diretor da Divisão de Orçamento e Finanças

##ASS ANA PAULA BORGES DE ARAÚJO ZAUPA

##CAR Secretária de Controle Interno